

**CENSURA LUSITANA: uma pré-história da crítica literária.**  
**Profa. Dra. Márcia Abreu (UNICAMP)<sup>i</sup>**

Há alguns anos venho examinando uma documentação que, a cada dia, me surpreende mais: os arquivos da censura luso-brasileira. Quando comecei a pesquisar esse tema, imaginava encontrar uma massa de documentos produzidos durante séculos, sobre os esforços realizados pelo Estado e pela Igreja para controlar a leitura dos súditos e fiéis. Isso já seria interessante, suponha, pois permitiria saber o que se quis fazer circular em Portugal e seus domínios, o que foi proibido e o que foi autorizado, segundo as determinações legais que legislavam sobre o que deveria ser considerado atentatório à política, à religião e à moral. Tudo isso, efetivamente, está abundantemente registrado em milhares de folhas manuscritas. Entretanto os censores não se limitavam ao que prescrevia a lei e discorriam longamente sobre a qualidade dos textos, do ponto de vista da pureza de linguagem, da construção de personagens, da elaboração das tramas, da observância aos preceitos poéticos e retóricos, da elegância da tradução etc.

A surpresa foi, portanto, perceber que os tribunais censórios foram um dos primeiros lugares onde se desenvolveu uma reflexão sistemática sobre as qualidades e defeitos estéticos das obras literárias – e, especialmente, dos romances que, por não estarem inseridos nos tratados de retórica e poética não eram objeto de ponderação nos meios eruditos.

Nessa comunicação, dentro do curto tempo que me cabe, pretendo apresentar um único parecer produzido em 1798 por João Guilherme Christiano Müller acerca da primeira tradução em língua portuguesa do romance *Pamela, ou a virtude recompensada*, preparada por d. Felix Moreno de Monroy y Ros.

No ano anterior, D. Felix tinha tido sérios dissabores com a censura devido à dificuldade em obter licença para publicação do último tomo de seu romance *Lances da ventura, acasos da desgraça e heroísmos da virtude*.<sup>ii</sup> A experiência de escrever ficção – seja ou não pelas dificuldades em conseguir uma autorização de impressão – não parece ter sido do seu agrado, pois, apesar do sucesso do livro, ele nunca mais preparou outra obra dessa natureza.<sup>iii</sup> Entretanto, não se manteve inteiramente afastado do universo ficcional, nem tampouco dos tribunais censórios, tendo em vista a elaboração de uma tradução para o famoso romance de Richardson.

Sua relação com os organismos de censura, mais uma vez, não começou bem. Tendo obtido licença do Santo Ofício em 3 de Julho de 1798 e do Ordinário em 17 de Julho de 1798,

não conseguia extrair uma posição do Desembargo do Paço, a quem competia a decisão final acerca da liberação ou não do texto para impressão. Por isso, D. Felix Moreno reclamou:

Senhora

Diz D. Felix Moreno de Monroy, que querendo dar ao publico hum Liv<sup>o</sup>. que dedicou a Serenissima Princeza do Brasil, seu tt<sup>o</sup>. = Pamella Andrews ou a virtude recompensada =” o remeteo à Censura da Meza com as aprobaçoens do St<sup>o</sup>. Officio, e Ordinario; mas sendo ja passados alguns Mezes, lhe não aparece, nem censurado com reprobação, nem com a Liz<sup>a</sup>. p<sup>a</sup>. se imprimir, resultando por isso os prejuizos lembrados no Regio Alvarà de 1795

Portanto

P.A.V.Mag<sup>de</sup>. sedigne providenciar apronta decicão [sic] da d<sup>ta</sup>. Censura, taõ recomendada no mesmo Alvarà.

D. Felix Moreno de Monroy

E.R.M<sup>e</sup>.

Dias depois, João Guilherme Christiano Müller apresentou um detalhado parecer, analisando não apenas a tradução mas a própria obra de Richardson. Acreditando que “nada [há] de proibível n’hum livro de taõ boa reputação”, Müller poderia ter se atido a fórmulas muitas vezes empregadas para autorizar publicações, como “nada contem, que deva embaraçar que se publique por meio da impressã<sup>o</sup>”<sup>iv</sup>. Ao contrário, assumiu para si não apenas a tarefa de analisar o romance, mas também de tecer considerações sobre o público preferencial desse tipo de escritos, sobre o autor, sobre a recepção europeia do texto e sobre a tradução portuguesa, pois acreditava que

convem por tanto, - á meu vê - , que o Censor, alem do seu juizo summario e geral sobre seu assumpto, produza logo na revisaõ do Primeiro Volume huma conta algum tanto mais circumciada [sic] da sua sorte, e reputaçãõ no Mundo Literato, e illiterato, como taõbem do seu Character, e valor interno, ao Tribunal cuja decisaõ o hade promover á Luz publica; conta que lhe sirva de salvo conducto perpetuo pelos rumores de boa e má fama que naturalmente experimentará<sup>v</sup>

Não era pequeno, como se vê, o papel que ele se atribuía – “servir de salvo conduto perpétuo pelos rumores de boa e má fama” não é pouca coisa. Especialmente porque o censor tinha dois alvos: seus doutos colegas de officio, a quem não queria fatigar com detalhes que já deveriam ser de seu conhecimento, e a massa inculta, cuja ignorância poderia conduzir a

interpretações maliciosas. Algum peso deve ter tido também o fato de o interlocutor de todos os pareceres ser o Soberano – no caso, D. Maria I –, que era, em última instância, quem deveria decidir a sorte do texto. Tentando encontrar a justa medida, elogia fortemente o texto, mas ao examinar o segundo volume

supplica a Voss<sup>a</sup>. Magd<sup>e</sup>., de querer dignar-se de dar a Sua Real atenção às poucas passagens marcadas no Manuscrito entre folhas 7 e 9, e à folha 59. Sem embargo que eu não vejo nellas na connexão em que as acho, senão sublime moral, e innegaveis, mil e mil vezes repetidas, verdades, advertio-me hum presentimento [sic] secreto, que facilmente se poderia reputar intempestivas, e demasiadamente afoitas.<sup>vi</sup>

Esse cuidado todo era suscitado pela “experiencia do accanhamento pouco esclarecido d’hum grande numero de leitores”. Apesar disso, João Guilherme Cristiano Müller não supunha que o público de *Pamela* fosse composto exclusiva ou majoritariamente por gente deste tipo. Ao contrário, incluía entre seus leitores a “mocidade”, o “bello sexo” e até mesmo aqueles que “persuadem ter alguma pertençaõ ao titulo de Sábios”, os quais deveriam, possivelmente compor o “Mundo Literato, e illiterato” a que se referira o censor.<sup>vii</sup>

João Guilherme Christiano Müller parecia conhecer a boa fortuna do texto, que no momento em que produzia seu parecer, já contava com diversas edições e adaptações. Após uma primeira edição anônima, publicada em 2 volumes em novembro de 1740, Richardson deu a luz em fevereiro de 1741, portanto apenas 2 meses depois, a uma edição revista, acrescida de uma longa introdução. No mesmo ano, outras 3 edições revistas foram publicadas, até que, em dezembro, surgia uma continuação em 2 volumes, produzida em resposta a numerosas críticas, paródias e falsas continuações em circulação. Sucessivas edições e revisões foram sendo realizadas até sua morte, em 1761.<sup>viii</sup> Os leitores de francês, mas incapaz de entender o idioma de Richardson, não precisaram esperar muito para conhecer Pamela, pois em 1742, Abbé Prévost traduziu o romance que, a partir daí, ganhou o mundo. Não demorou muito para que a história saísse dos livros e ganhasse os palcos em adaptações de Carlo Goldoni, em 1759 e de François de Neufchateau, em 1793. Não é à toa, portanto, que Müller tem grande expectativa em relação ao aparecimento da tradução em língua portuguesa:

He bem natural, que a appariçaõ em lingoagem Portuguez do Livro, que Voss<sup>a</sup>. Magd<sup>e</sup>. me ordena rever pela Portaria retro, cause alguma sensibilidade extraordinaria

no nosso Publico, e possa vir a ser huma das leituras mais prediletas da sua formosa metade.

A “sensibilidade extraordinária” que o surgimento da obra causaria, teria por motivo não apenas o fato de se poder ler em português um sucesso internacional, mas, do ponto de vista de João Guilherme Cristiano Muller, pela excelência mesma da obra. O parecer revela que o censor a tinha em alta conta, avaliando-a por critérios comuns à época, dentre os quais se destacava o componente moral.

Pouco ou nada codificados do ponto de vista formal, os romances foram menos avaliados por características estéticas, do que por sua dimensão instrutiva e edificante. A capacidade dos romances de transmitir ensinamentos, inculcar valores e estimular comportamentos parecia assente para todos os intelectuais europeus da época, entretanto, eles divergiam fortemente quanto ao resultado final do contato com essas obras: diante dos impasses morais apresentados em centenas de romances, o que aconteceria com o leitor? imitaria os comportamentos viciosos ou aprenderia a deles escapar?<sup>ix</sup> João Guilherme Cristiano Müller não via motivos para dúvidas quando se tratava de Richardson, que teve a possibilidade:

de se dedicar á composaçã de Novellas, que depois fizeraõ epoca neste genero da bella Literatura, dando lhes huma dignidade até entãõ incognita, e transmudando-as em instrumentos de propagaçã das mais sublimes doutrinas da sãa Filosofia, de maximas da mais delicada Moral, e ate de respeito profundo dos preceitos da mais salutifera Religiãõ. Nenhum autor deste genero tinha ainda vellado taõ escrupulosamente sobre cada rasgo de sua penna, assim que nem o minimo, mesmo entre os meramente divertidos em apparencia, lhe escapasse, que naõ servisse a desarraigat [sic] algum vicio, e á semear, ou nutrir algum germe de virtude.

Do ponto de vista do censor, *Pamela* era um divisor de águas, inaugurando um novo tempo no qual a ficção se tornava “instrumento” de difusão de idéias filosóficas, de máximas morais e de preceitos religiosos, o que lhe conferia uma “dignidade” até então desconhecida. Superando os limites da simples diversão, a obra de Richardson encarnaria a mais alta missão atribuída aos romances: “desarraigar o vício” e “semear a virtude”.

Um homem culto como João Guilherme Cristiano Müller, que, a essa altura já havia sido nomeado professor dos príncipes, bibliotecário da rainha e sócio supra-numerário da

Academia Real das Ciências,<sup>x</sup> seguramente conhecia os pontos de vista dos defensores e dos detratores do romance e as apresenta sucintamente em seu parecer:

[o livro é] d'hum merecimento taõ unanimamente reconhecido, e – devo dizelo – aquelle de seus productos a que particularmente applaudiraõ os Inglezes, e que entre esta Naçaõ lhe estabeleceo esta fama [...] Taõ decedido era seu apreço, que ate dos pulpitos nas Igrejas se recommendava a sua liçaõ: bem conhecido he o Sermaõ do D<sup>r</sup>. Racock relativo a isto. [...]

O que disseraõ outros: “que, entre as Novellas de Ricardson a Pamela era a mais fraca” [ – veja -se o Mercurio de França do anno de 1756] – naõ pode em discussaõ n'hum Censura como a presente, porque toque mais objecto de gosto do que da critica judiciaria deste Tribunal. Verdade he, que fora da Graõ-Bretanha, o Grandisson do mesmo Autor achou mais applauso.

Se a decisão sobre o lugar ocupado pelo livro no conjunto da obra de Richardson não parecia assunto para deliberação em um tribunal censório, a polêmica desencadeada pelas diferentes interpretações acerca do sentido do comportamento de Pamela parecia merecer alguma atenção. À época alguns acreditavam que a heroína não poderia ser tomada como modelo de virtude, pois não passava de “uma hipócrita cheia de astúcia (...) que conhece a arte de seduzir um homem”.<sup>xi</sup> O mais famoso partidário desse ponto de vista é o livro *Shamela*, de Fielding, que considerava a personagem de Richardson uma fingida “cujo domínio perfeito dos recursos femininos lhe permitiu fugar um paspalho, embora sua pureza não ultrapasse os limites do decoro convencional”.<sup>xii</sup>

Do ponto de vista de Müller, essa interpretação parecia um equívoco:

Nenhuma critica sagaz espreitadora de tudo em que pode regalar os seus dentes zelosos, lhe achou maior defeito do que o Titulo de “Virtude recompensada” – sustentando: que, o que ali se denomina “recompensa” naõ era verdadeiramente a “da Virtude”: porque a heroína da Novella he huma creada de servir, que pela sua constante boa moralidade, pelas brilhantes qualidades de sua alma bem culta, e pelos insignes, e repetidos triunfos sobre as artes mais refinadas da seduçaõ, e crueldade da barbarissima perseguiçaõ chegou a sêr a esposaa legitima d'hum dos mais opulentos Grandes Nobres de sua Patria, cujo modo de pensar porem, naõ he nada menos do que grande e nobre. “Riquesas pois e gloria mundana” - argumentaraõ contra Ricardson

[sic] - “nunca foraõ as remunerações ás quaes aspirou a sublime virtude, e que a Religião, e a filosofia lhe prometeraõ” – Mas qualquer ponderação madura do conteúdo do Livro desponta inteiramente esta lança de requintada malevolencia, patenteando que não he possível de descobrir o mais leve vestigio de alguma intenção deste Autor, de emprestar infeite [sic] falso á verdadeira grandeza da alma, e á suas prerogativas [sic] moraes.

Müller rebaixa as críticas negativas à obra, taxando-as de malevolentes e imaturas, desacreditando a pertinência de uma leitura que vê em Pamela apenas o cálculo e o interesse. Num tempo em que ainda se acreditava em “intenção do Autor”, Richardson aparece como o avalista da obra, pois “todas as brilhantes qualidades de seu genio grande, não parecem sêr senão servidoras, da natureza benefica, d’hum gosto puro, e da candida humanidade”

Exceto em casos de malevolência e imaturidade, não havia como resistir à máquina moralizadora, posta em funcionamento na obra de Richardson: “nos seus quadros são condecorados os principios da mais estrita Moral de modo, que os mais obstinados rebeldes contra o seu rigor aparente, não podem resistir ao desejo de os praticar ou de lhes pagar ao menos sua homenagem”.

Uma tal eficiência advinha do fato de que não havia pregação moral explícita no romance e sim a apresentação de situações concretas. Longe de propor uma reflexão abstrata, a obra levaria o leitor a conhecer os sentimentos e atitudes das personagens, o que necessariamente levaria à identificação e ao desejo de imitar os comportamentos virtuosos.<sup>xiii</sup>

Elle propriamente não descreve, nem prescreve as virtudes, mais pinta as com as mais vivas e naturaes cores em situações, e pontos de vista, pelos quaes – por assim dizer – mechanicamente [sic] se introduz o seu amor do melhor grado, e sem constrangimento algum. Ninguem lhe disputou ate o presente a gloria de ser o incomparavel Mestre da arte de admoestar a mocidade, de inspirar ao bello sexo o brio racional de sêr verdadeiramente amavel, e ate de ensinar a todos que se persuadem ter alguma pertençaõ ao titulo de Sabios humildade, circumspecção, desconfiança em luzes imaginarias, e tolerancia.<sup>xiv</sup>

Claro está o caráter pedagógico do romance que admoesta, inspira e ensina. Como se não bastasse, o livro supera, do ponto de vista de Müller, a preocupação de estimular comportamentos virtuosos em mocinhas casadoiras:

A Pamela do Robertson [sic] he ainda – se isto possivel for – maior Modello de virtudes conjugaes, que Virginaes; naõ se repousando ociosamente sobre as pertendidas recompensas de sua virtude; mas renunciando aos comodos e delicias da folgança luxuriosa, para se entregar a fadiga da vida de huma boa e terna May, que so existe por amor dos penhores da sua rara e fiel afeiçaõ para com hum Marido pouco digno della, forçando-o a respeitar a sua eximia virtude, e a admirar aquellas maravilhosas qualidades, que ella sabe sempre lhe mostrar, no mais extremoso e irresistivel lustre, e independentes de qualquer vil, ou suspeitozo interesse.

João Guilherme Cristiano Müller percebia, entretanto, que não bastava narrar uma vida exemplar para obter todos esses efeitos. Era preciso encontrar a forma adequada. E nenhuma poderia ser melhor do que a epistolar:

A forma de cartas que se lhe deo, contribuiu muito ao distincto applauzo, com que se recebeo; dando a seu Autor a oportunidade de desenvolver bem miudamente, sentimentos, paixoes, e caracteres, dignos a serem conhecidos de mais do que hum lado, e de prosegillos [sic] pelo detalhe do rodeo das circumstancias, e situações mesmo da vida familiar e domestica, ate aos mais escondidos esconderijos dos seus mananciais, posturas e disfarçes.

Muito antes da difusão das teorias psicanalíticas e das idéias sobre dialogismo, João Guilherme Cristiano Müller percebe que o artifício das cartas permite o escrutínio do interior das personagens pela exposição de seus sentimentos e conflitos, possibilita a manifestação de diversos pontos de vista sobre uma mesma situação e proporciona o exame da vida privada, revelando não apenas o que ali está explícito, mas também o que se busca esconder. O comentário de Müller sintetiza argumentos que se repetirão incessantemente na crítica posterior.<sup>xv</sup>

Desde a primeira publicação de *Pamela*, outro tópico recorrente nos comentários ao livro é a crítica a sua excessiva minúcia.<sup>xvi</sup> O censor, entusiasta da obra, não dá muito peso a esse tipo de observação e só a menciona por acreditar que o próprio autor tencionava propor algumas mudanças nesse sentido:

Richardson mesmo parece ter sentido, o tepido monotono, e não assaz adstringente [sic] de algumas Cartas da Pamela, e antes de morrer tinha preparado huma nova edição, na qual reformou muitas passagens; mas esta appareceu nunca no Publico.

O bem informado censor sabia que Richardson reescreveu inúmeras vezes a obra e conhecia até mesmo a informação de que ele teria deixado uma última revisão pronta ao morrer. Aparentemente essa cópia não chegou aos nossos dias, mas parece ter efetivamente existido e sido conservada pelas filhas do autor, servindo de base para a edição inglesa que se faria em 1801, pouco depois da elaboração do parecer de Müller.<sup>xvii</sup>

Essa pequena fraqueza do texto de Richardson teria sido superada na tradução preparada por D. Felix Moreno de Monroy y Ros para o português:

Na presente Traducção Portugueza sente-se isto menos, porque ella he abreviada. Não tive occasião de a comparar com o Original, por ter sido distrahido em outras occupaões. Ella se lê [sic] assas bem, a pezar de sua má Ortografia. Porem isto ja encontrei em varios outras obras do mesmo Autor, sem que depois desfigrasse as Edições, porque na imprensa se lhe corrigiou [sic] .

Assim como o censor, D. Felix Moreno é estrangeiro, mas, ao contrário dele tem algumas dificuldades com a língua portuguesa, fazendo confusões, sobretudo, entre *b* e *v* como é natural para um espanhol<sup>xviii</sup>. Confiando na qualidade da revisão, João Guilherme Christiano Müller faz um forte elogio à obra: “a publicação d’huma boa versaõ delle he huma acquisição não muito vulgar para a Literatura Portugueza.”

Finalmente, receando tornar-se prolixo – “Reprehender-me-hia a mim mesmo, como d’hum insulto a hum Tribunal taõ esclarecido, a mera tentação de ser mais extenso sobre o que acabo de escrever”, diz ele – decide autorizar a publicação da obra, sujeitando-se, como era de praxe, “á decisaõ mais acertada de Voss<sup>a</sup>. Magd<sup>e</sup> ., que Ordenará o que for de seu Real Beneplácito”.<sup>xix</sup>

Está claro que as preocupações e interesses do censor superavam em muito o exame da adequação da obra aos padrões políticos, religiosos e morais do Reino. Extrapolando esse papel, João Guilherme Cristiano Müller produziu uma peça de crítica literária em que trouxe informações sobre a carreira do autor, avaliou a obra a partir de critérios formais e de conteúdo, apresentou e discutiu a reação crítica ao texto – indicando até mesmo referências



bibliográficas como o jornal em que se publicou determinada avaliação ou o nome do pregador cujo sermão elogiava o livro. Em suas próprias palavras:

tomei a liberdade de expôr o mais interessante, que me forneceo a Historia Literaria, e o proprio exame desta Traducção sobre a reputaçã, sorte, e assumpto desta Obra, a fim de justificar o louvavel da intençã de facilitar ao publico portuguez o seu conhecimento por meio d'huma Versã no seu Idioma; patenteando nesta occasiã o meu receio de dever reprehender a mim mesmo, como hum peccado literario, e insultante perante hum Tribunal esclarecido, qualquer tentaçã, de querer ainda provar circunstanciadamente que na Pamela de Richardson naõ se acha nada digno de prohibiçã.

O exame dos pareceres de censura mostra a sintonia entre o pensamento lusitano e a reflexão sobre romance e sobre Belas Letras desenvolvida no resto da Europa. Analisá-los pode ser especialmente interessante no mundo luso-brasileiro, onde a crítica literária sobre romances custou a aparecer e a se firmar.

Por isso parece possível olhar para os censores como antepassados dos críticos literários. Hoje os críticos perderam o poder de eliminar de circulação um livro, mas mantém um papel no campo literário semelhante ao que exerciam os censores, desaprovando e recomendando, enaltecendo e recriminando, deixando existir ou levando a desaparecer.

---

<sup>i</sup> Esse trabalho é parte do Projeto Temático *Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX*, financiado pela FAPESP. Conta também com o financiamento do CNPq, sob a forma de bolsa de produtividade em pesquisa

<sup>ii</sup> MONROY Y ROS, D. Felix Moreno de. *Lances da ventura, acasos da desgraça e heroismos da virtude. Novellas offerecidas á Nação Portuguesa para seu divertimento*. Lisboa 1793-1797. 8.º 6 tomos.

<sup>iii</sup> O processo relativo à censura do livro, a cargo de Francisco Xavier de Carvalho, foi examinado por mim no texto “Censura e crítica: reações dos primeiros leitores de romance” apresentado no GT Caminhos do Romance no Brasil: séculos XVIII e XIX”, no interior do IX Congresso da Abralic, realizado em Porto Alegre em 2004.

<sup>iv</sup> Parecer assinado por António Pereira de Figueiredo, Fr. Francisco de Sá e Fr. Luis do Monte Carmelo, a propósito de “O poeta pobre (entremez)”, datado de 14 nov 1770. Real Mesa Censória (doravante RMC), Censuras e Pareceres, Caixa 6, 1770, n<sup>o</sup> 130, censura n. 2. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), Lisboa, Portugal.

<sup>v</sup> Parecer assinado por João Guilherme Christiano Müller, datado de 26 de outubro de 1798. RMC, Caixa 32, maço 1798 – nov – 7. ANTT.

<sup>vi</sup> Parecer assinado por João Guilherme Christiano Müller, datado de 9 de Março de 1799. RMC, Caixa 35, maço 1799 – mar – 14. ANTT.

<sup>vii</sup> Sandra Vasconcelos cita interessante carta do livreiro James Lackington, que, em 1791, diz: “Antes de concluir essa carta, não posso deixar de observar que a venda de livros em geral aumentou prodigiosamente nos últimos vinte anos.” Referindo-se ao alcance dos livros, que já atingiam até mesmo os mais pobres, comenta: “Se *John* vais à cidade com um carregamento de feno, encarregam-no de assegurar-se de não esquecer de trazer para casa as *Aventuras de Pergrine Pickle*; quando mandam *Dolly* ao mercado vender ovos, pedem-lhe que compre *A história de Pámela Andrews*.” E conclui: “Em resumo, todas as camadas e posições sociais lêem agora.” (“Público leitor e romance”. In: *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 136, 137).

<sup>viii</sup> Cf. DOODY, Margaret Ann. “Introduction”. In: RICHARDSON, S. *Pamela*, New York, Viking Press, 1995.

<sup>ix</sup> Para as polêmicas travadas pelos primeiros críticos dos romances ver: VASCONCELOS, Sandra G. T. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*, Tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000; e ABREU, Márcia. *Os Caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2003.

<sup>x</sup> Cf. Verbete relativo a João Guilherme Cristiano Muller na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol XVIII, sem data, pp. 115-116.

<sup>xi</sup> *The tablet, or picture of real life*, 1762, p. 14. apud. WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 147.

<sup>xii</sup> WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 147.

<sup>xiii</sup> Apesar de discordar da avaliação de *Pamela* feita por Henry Fielding, o censor parece concordar com a maneira pela qual ele imaginava que romances se deveriam ser construídos a fim de obter a identificação e a condução dos comportamentos: “exemplos agem melhor sobre a mente do que preceitos” especialmente quando se trata de bons exemplos, que “inspiram nossa imitação de maneira irresistível”. “O escritor deve ser chamado a ajudar no sentido de espalhar suas histórias, e de apresentar uma agradável pintura àqueles que não tiveram a felicidade de conhecer os originais; e assim, comunicando esses modelos valiosos para o mundo, ele pode talvez prestar um serviço mais proveitoso à humanidade do que a pessoa cuja vida proporcionou o modelo.” FIELDING, Henry. *Joseph Andrews*: London, Penguin Books, 1985, p. 39.

<sup>xiv</sup> O censor parece concordar com Pierre-Daniel Huet, que explicava: “A finalidade principal dos Romances, ou ao menos a que deveria ser, a que se devem propor todos aqueles que os compõem, é a instrução dos Leitores, a quem é necessário fazer ver a virtude sempre coroada e o vício castigado. Mas como o espírito do homem é naturalmente inimigo dos ensinamentos, e seu amor próprio o revolta contra as instruções, é preciso enganá-lo pelos atrativos do prazer, adoçar a severidade dos preceitos pelos exemplos agradáveis, e corrigir seus defeitos condenando-os em outra pessoa. Assim, o divertimento do Leitor, que o Romancista hábil parece ter por objetivo nada é além de uma finalidade subordinada à principal, que é a instrução do espírito e a correção dos costumes. (HUET, Pierre-Daniel. *Lettre de Monsieur Huet à Monsieur de Segrain sur l’origine des romans*. Paris: s/d, p. 5, 6. Primeira versão do texto publicada em HUET, Pierre-Daniel. “De l’origine des romans”, prefácio a *Zaïde*, de Madame de La Fayette, 1670.

<sup>xv</sup> Escrevendo dois séculos depois, Sandra Vasconcelos toca nos mesmos pontos mencionados pelo censor: “seu romance introduziu a técnica da descrição minuciosa do vivido, e seu método narrativo consistiu em delinear detalhadamente a vida doméstica e a experiência privada de suas personagens, o que nos permite penetrar simultaneamente em suas mentes e no interior de seu espaço doméstico. Essa orientação subjetiva resultou em grande parte da escolha da técnica epistolar, que imprimiu à narrativa uma perspectiva privada e individualista.” (“Subjetividade e mundo doméstico no romance”. In: *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 75).

<sup>xvi</sup> Segundo Ian Watt, “muitos contemporâneos reclamaram do ‘amontoado de circunstâncias triviais’ presentes no romance; um leitor comentou com ironia que se ‘admirava que o autor não tivesse nos informado o número exato de alfinetes que Pamela levou consigo ao partir para Lincolnshire e quantas fileiras desses alfinetes ela comprou por um penny’; e Fielding parodiou sua preocupação com detalhes do vestuário fazendo Shamela colocar na bagagem ‘um tamanco e quase mais um’ ao deixar Booby. Mas, se os homens caçavam, as mulheres

---

gostaam desses detalhes; madame du Deffand, por exemplo, elogiou ‘*tous les détails domestiques*’ e preferia os romances de Richardson à ficção francesa.” (WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 134).

<sup>xvii</sup> A proveniência do texto desta edição foi demonstrada em, em 1967, em um artigo de Eaves e Kimpel, biógrafos de Richardson. (DOODY, Margaret Ann. “Introduction”. In: RICHARDSON, S. *Pamela*, New York, Viking Press, 1995.)

<sup>xviii</sup> Comentários mais contundentes acerca do fraco português de D. Felix Moreno foram feitos por Francisco Xavier de Oliveira, censor encarregado de examinar seu romance *Lances da Ventura*. (Cf. “Censura e crítica: reações dos primeiros leitores de romance”, *op. cit.*)

<sup>xix</sup> O primeiro tomo da obra obteve autorização de impressão em 7 de novembro de 1798 e licença de correr em 20 de Mayo de 1799. O livro fez sucesso não apenas em Portugal – onde gerou até mesmo uma adaptação teatral que circulou em folhetos de cordel (*A Mais heróica virtude ou a virtuosa Pamela*, Lisboa, 1790) – , mas também no Brasil para onde foi remetido diversas vezes. O primeiro registro do envio de Pamela para o Brasil, conservado pelos arquivos da Real Mesa Censória, data de 1799 e foi feito por José Antonio da Silva. Não era comum dar indicações bibliográficas completas acerca dos livros para os quais se pedia autorização de envio, portanto não é possível saber se o que foi enviado era o texto original em inglês, a tradução para o francês ou a versão em português preparada por D. Felix. Mesmo assim, o fato de a primeira remessa ter sido feita exatamente no ano em que saiu a primeira tradução para o português permite supor que o livro enviado tenha sido o de D. Felix. O livro parece ter feito sucesso em terras brasileiras, pois no mesmo ano, José Antonio da Silva voltou a apresentar novo pedido para envio do livro para o Rio de Janeiro, assim como o fez a Viúva Bertrand, e, no ano seguinte, Paulo Martin, Manoel Pinto de Miranda e Manoel José Pereira de Campos (RMC – Caixa 153). A partir daí, e até 1822, registram-se outros 19 pedidos de remessa para o Rio de Janeiro, perfazendo um total de 25 envios em 23 anos (RMC – Caixas 153, 154, 155, 156).